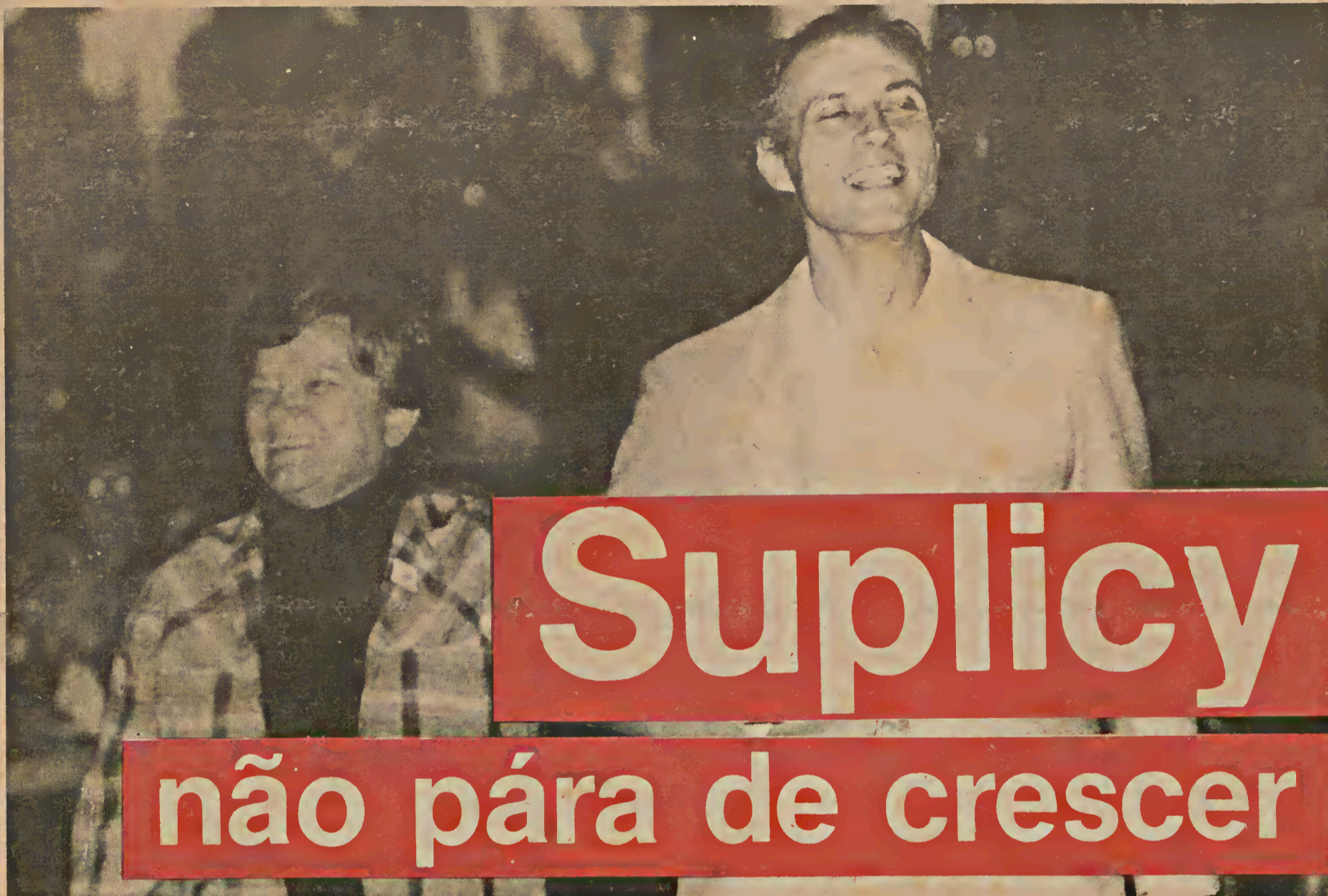


PT São Paulo



Suplicy

não pára de crescer

O candidato petista é o que mais avança na preferência popular: na pesquisa da Folha de S. Paulo, realizada no final de setembro, subiu de 9,7% para 11,3%. E, já na primeira semana de outubro, registrava 13% na aferição do Ibope e 14% na do INPPE, segundo informações extra-oficiais divulgadas pela Folha. Pág. 5.



**Constituinte
sem
povo...**

Pág. 3

**Dia 23,
ato contra
a dívida**

Pág. 3

Solo urbano garantido a favelados de Diadema



A Câmara Municipal de Diadema aprovou, por 14 votos contra 3, o projeto de lei do prefeito Gilson Menezes que concede o direito de uso de terrenos municipais a favelados desta cidade. Foi na sessão da Câmara do dia 04 último, onde a população esteve presente durante todo o tempo para acompanhar a votação.

Eram cerca de 2 mil favelados na praça Castelo Branco e mais 200 que estavam dentro da Câmara Municipal que, de faixas e cartazes nas mãos, exigiam a aprovação do projeto. Eles elaboraram um folheto — cujo título “Posse da Terra” — chamava a população favelada para participar desta sessão no legislativo local e, no seu verso, trazia a relação de nomes dos 17 vereadores daquela cidade, para que fosse anotado um “X” no nome daquele que votasse contra. Foram três: José dos Santos Rocha (PCB), Carlos Ribeiro e Jorge Chedid (PMDB).

Apesar dos votos contrários, destes que “representam o povo”, o projeto conseguiu, finalmente, a votação necessária para sua aprovação. Anteriormente houveram duas sessões, para discutir sobre o projeto, entretanto, não houve quorum para a aprovação do mesmo (nesse tipo de matéria executiva no legislativo, sua aprovação depende de 2/3 mais um dos votos).

Não é só concessão

O projeto enviado à Câmara, de

concessão das terras municipais para os favelados, prevê seu uso por 90 anos. Prevê, ainda, um plano de urbanização a médio prazo para as treze áreas que receberam a outorga e há, também, a perspectiva das construções de casas em estilo alvenaria, o que já vem sendo feito em grande escala.

Cerca de 1200 famílias foram beneficiadas com a aprovação do projeto. Em termos de área municipal foram concedidas aos favelados 97.120m espalhados por 13 bairros da cidade. Dessa forma, cada lote terá no mínimo 42 metros quadrados.

A prefeitura de Diadema tem, na verdade, um plano mais completo, cuja perspectiva é o “desfavelamento da cidade”. Existem ainda outras 50 favelas que estão em terrenos particulares, mas o prefeito Gilson Menezes estuda, junto a sua assessoria, formas justas e adequadas para resolver este problema, certamente um pouco mais complicado.

O amplo apoio recebido de diversas entidades eclesiais, culturais, sindicais e de bairros, pela elaboração do projeto estimula, com certeza, para o encaminhamento deste e de qualquer outro problema social no município de Diadema. Aliás, a participação popular naquele município é o indicador maior da caminhada para a solução dos problemas do povo, pelo menos no plano municipal, que compete à administração petista.

ESCÂNDALO

Itaú constrói em terreno público

Uma ação popular, movida pelo empresário Dirce Homero Homem, proprietário de um terreno no Jabaquara, deu entrada na Justiça para anular uma negociação, que favoreceu o ministro Olavo Setúbal, das Relações Exteriores, na obtenção de uma área de 15 mil metros quadrados, no bairro do Jabaquara, em São Paulo. Essa área foi obtida através de desapropriação, por ocasião da construção da linha Norte-Sul do Metrô, sob o pretexto de se construir ali um parque público. Porém, a área foi incorporada ao patrimônio da Itaú Seguradora e, no local, foram construídos prédios dessa empresa coligada do Banco Itaú.

Em princípio de 1976, quando se iniciava o planejamento para a construção da primeira linha do Metrô, a desapropriação era feita sem muito estudo, o trajeto metropolitano foi alterado e muitos terrenos ficaram desocupados e sem uso.

Os terrenos que não possuíam problemas com escritura passaram a fazer parte de uma pasta de projetos de reurbanização a serem desenvolvidos pela Empresa Municipal de Urbanização (Emurb). Muitos desses projetos visavam à construção de creches, hospitais-escolas, parques infantis, áreas comerciais e edifícios residenciais. Mas, estes planos foram engavetados, passando pelas mãos de diversas administrações, sem nunca serem realizados, até serem praticamente ignorados na gestão de Reynaldo de Barros, que se esqueceu de reurbanizar a cidade.

De um desses projetos faz parte a área de 31.504,35 metros quadrados, que está situada junto à estação Conceição do Metrô.

Na gestão Colassuono, em março de 1975, diversas áreas foram abrangidas em um plano de reurbanização de utilidade pública, através do Decreto nº 11.863. Em dezembro daquele ano, já na gestão de Setúbal, foi aprovado, pela Lei nº 8.238, o plano de reurbanização de Conceição. Em 1981, administração de Reynaldo de Barros, a Emurb publicou, através de edital, normas para a concorrência do empreendimento. O edital definia as áreas com os res-

pectivos preços ainda, a data em que deveriam ser entregues as propostas dos concorrentes. Cinco dias antes do prazo da entrega das propostas, a Itaú Seguradora depositou a caução exigida no edital, conforme recibo emitido pela Emurb, com valor muito superior ao estipulado.

É óbvio que Setúbal, o maior acionista da Itaú Seguradora, ganhou a concorrência e o projeto originário da praça pública, previsto em lei, seria transformado em propriedade privada.

Ao Itaú coube três lotes (15 mil metros quadrados), e no restante da área foram construídos um prédio residencial, uma construtora, entre outros, todos da iniciativa privada.

Nesse local, o plano de reurbanização, que fazia parte do projeto Cura-Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada, previa a construção de três praças públicas, um parque, uma cinemateca, e três escolas municipais, destinadas ao ensino de música e dança, educação infantil e balé.

Desde que foram iniciadas as obras do Itaú, três prédios de 12 andares com 6 sub-solos, os moradores do local vêm sofrendo uma diversidade de problemas, postos em discussão na Câmara Municipal de São Paulo. Os problemas denunciados são deslizamentos do terreno, interdição de ruas, destruição de dutos da Sabesp, deixando a população de 10 bairros, sem água, ocupação de área de lazer por caminhões e ainda o fechamento de uma passagem subterrânea para a estação Conceição, obrigando os usuários a atravessarem a perigosa avenida Armando Arruda Pereira.

Isso demonstra o descompromisso das administrações municipais e governamentais com os problemas da reurbanização e das áreas públicas. Na verdade, ninguém se atreve, nem mesmo “o governo democrático de São Paulo”, a tomar medidas para apurar os fatos e promover indenização pública, contra Olavo Setúbal, que se valeu, mais uma vez, do dinheiro usurpado dos cofres públicos, para subornar governantes e violar decisões legais.

NOTAS

• O líder do PT na Câmara dos Deputados, Djalma Bom não participou da comitiva do presidente José Sarney que esteve em setembro na Assembléia Geral da ONU. Num discurso pronunciado na Câmara, dia 18 último, apresentou suas razões, as quais se assemelham às do PT, pela negativa do convite.

A posição ambígua de Sarney em relação à dívida externa (“... a Nova República vem aceitando as imposições do FMI, apesar de apresentar um discurso de resistência a essas pressões”, disse Djalma Bom), foi o principal motivo da decisão.

“Essa situação reforça uma posição contrária aos interesses da classe trabalhadora”, disse.

• A bancada do PT na Assembléia, em resposta à matéria do jornal O Estado de S. Paulo, publicada em 26 de setembro, declarou que a candidatura de Fernando Henrique é a continuidade do governo Montoro-Covas, causador de grande insatisfação no eleitorado”. Segundo os parlamentares petistas, “o PMDB assumiu compromissos com o grande capital, o que impede o seu candidato, inclusive, de explicitar o seu real pro-

grama sob pena de ferir essa aliança.

• O deputado Geraldo Siqueira, líder da bancada do PT, denunciou na tribuna da Assembléia o Banespa e a Cesp pelo não cumprimento do acordo entre bancários e banqueiros decretado pelo TRT. Isso revela a consonância com a Fenaban. O TRT deliberou 100% sobre as horas extras, ambos pagam apenas 35%. Os bancos estatais de São Paulo desrespeitam a decisão do Poder Judiciário, mostrando que o equilíbrio entre os três Poderes é fala vazia do governador.

• Por 14 votos a 5, a Câmara Municipal de São Paulo rejeitou moção de autoria da vereadora Ireda Cardoso em apoio ao trabalho da educadora Marilda Prates, cujo livro “Reflexão e Ação em Língua Portuguesa” vinha suscitando grande polêmica. A Bancada do PTB, PDS e PFL votaram em bloco contra a iniciativa. Já o PMDB preferiu ausentar-se do plenário, evitando, assim, pronunciar-se sobre a matéria.

• A Bancada do PT dará entrada, este mês, no plenário da Câmara a um substitutivo ao proje-

to de lei do Executivo que regulamenta a participação das empresas privadas nos serviços de transporte coletivo da Capital. O substitutivo prevê a estatização total

dos transportes coletivos no prazo de três anos. Isto é, durante o mandato do prefeito a ser eleito nas próximas eleições de 15 de novembro.

EXPEDIENTE

Editor: José Américo Dias
Secretário de Redação: Gilberto Penha de Araújo.
Equipe de Edição: Dernal Santos, Sonia Maria Nadalin, Sérgio dos Santos, Rondon Martin
Redação: Fernando Jorge, Marcos de Oliveira, Ligia Maria Cruz, Diógenes Marcelino, Cleide Sanches Rodrigues, Paulo Eleutério, Paulo Costa, Marisa Mello, Maristela Maffei, Sandra Sagrado.

Fotografia: Tarcísio Geraldo Faria e Vera Yursis.
Diagramação: Wilson R. Thomaz
Revisão: Celso Fonseca
Ilustração: Guto.
Composto e Impresso: Cia. Editora Joruês - Rua: Arthur de Azevedo, 1977 - Fones: 815-4999 - São Paulo.
Endereço: Rua Santo Amaro, 582 - Bela Vista - São Paulo - Capital.
Fones: 37-7521, 37-7522.

Proteste contra a dívida externa!

Como parte das atividades do Dia de Ação Contra a Dívida, a CUT, a Conclat, diversos sindicatos e alguns partidos políticos de São Paulo estão convocando um ato público para o próximo dia 23, às 18 horas, no Centro Sindical dos Bancários, na rua Tabatinguera, 192, a cem metros da Praça da Sé. Este ato representa o lançamento, em São Paulo, da Campanha Nacional contra a Dívida Externa, idealizada a partir da Conferência Sindical dos Trabalhadores da América Latina e do Caribe, realizada no mês de julho passado, em Havana, Cuba, com a participação de 330 sindicalistas de 29 países do Hemisfério.

A campanha estará sendo também iniciada no ABC, onde a CUT regional programou panfletagens e mini-comícios em portas de fábricas e pontos de ônibus. Igualmente, em outros estados, estão previstas atividades de mobilização e propaganda, com destaque para Goiás, onde a Comissão Organizadora da Campanha conseguiu que os partidos que disputam as eleições em Goiânia se comprometessem a incluir em seus pronunciamentos pela TV no dia 23, posicionamentos sobre a dívida externa brasileira.

Preparação

A iniciativa de dar início à articulação da Campanha Nacional contra a Dívida foi da CUT. A partir de uma convocação de seu presidente nacional, Jair Meneguelli, 35 representantes de partidos políticos, entidades sindicais e da sociedade civil reuniram-se na Assembléia Legislativa de São Paulo, dia 8 passado, e discutiram o encaminhamento da campanha e a organização do Dia de Ação Contra a Dívida — que

corresponde à concretização no Brasil do Dia de Ação Continental Contra a Dívida Externa, que será realizado em diversos países latino-americanos.

Na reunião, representantes da CUT, Conclat, PT, PCB, Andes, Comissão de Justiça e Paz, APEOESP, CPB, Federação Nacional dos Arquitetos, Comitê pelo Desarmamento e pela Paz, representante do deputado federal do PDT do Rio, membros da CUT e di-

versos sindicatos decidiram constituir uma comissão de cinco membros (presidida por Margarida Genevois, da Comissão de Justiça e Paz, para realizar contatos no sentido de ampliar as forças políticas presentes e organizarem um calendário de atividade. No entendimento dos presentes a prioridade da chamada "questão da dívida externa" é, neste momento, esclarecer e mobilizar a população sobre os efeitos do pa-

gamento da dívida externa nas condições de vida da população.

Dívida: uma calamidade pública

A dívida externa do Brasil, atingiu em 1984 a marca oficial de 102,443 bilhões de dólares, alguma coisa próxima de 30% da dívida global da América Latina e 13% do endividamento dos países do chamado Terceiro Mundo.

Em 1984, juros e amortizações beiraram os 19 bilhões de dólares. Para 1985 a estimativa do Banco Central é de 22,6 bilhões. Em 1984, 11,337 milhões de dólares (5,2% do Produto Interno Bruto) foram transferência líquida de capital. Estes números astronômicos ficam ainda mais contundentes quando se compara com os gastos os recursos de natureza social:

— equivalem ao pagamento de um salário mínimo para 15 milhões de brasileiros durante um ano;

— e a três vezes o orçamento previsto para 1985 nas áreas de educação e cultura, saúde e saneamento, previdência e assistência social;

— e a 30 vezes o orçamento do Ministério da Saúde.

Sem risco de erro, hoje, se não for rompido o círculo de ferro que vai estrangulando a passos rápidos o país nenhuma das necessidades e reivindicações elementares dos trabalhadores pode ou tem perspectiva de ser satisfeita.

Por isto a questão da dívida externa é chave. A conta da dívida é uma arma de grosso calibre apontada contra o povo brasileiro impondo a fome, o desemprego, a miséria e a entrega das riquezas nacionais.



Meneguelli, da CUT

Flávio Pachalski

Outubro é o mês decisivo da luta pela Constituinte

O Congresso Nacional deverá discutir e votar nos próximos dias 21, 22 e 23 de outubro o projeto de Constituinte encaminhado pelo presidente José Sarney. Por este motivo, as duas próximas semanas serão marcadas por diversas manifestações, promovidas pelos Comitês ou Plenárias Pró-Participação Popular na Constituinte dos estados, que agrupam entidades, partidos e personalidades que discordam do projeto do governo. Entre as atividades previstas, incluem-se caravanas à Brasília, com o objetivo de persuadir os parlamentares a rejeitarem o projeto do governo, que, a grosso modo, significa atribuir poderes constituintes ao novo Congresso, que será eleito em novembro de 1986.

Em oposição ao que querem José Sarney, o PMDB, a Frente Liberal e os seus aliados do PDS e PTB, os Comitês — representados pela sua Comissão Nacional — defendem a aprovação de

substitutivos ao projeto oficial, que possam assegurar a democracia e a participação popular na Constituinte. Concretamente, para atingir estes objetivos os comitês estão propondo, entre outros itens, que a Assembléia Nacional Constituinte seja eleita em um processo totalmente separado da eleição do Congresso (para que haja uma discussão especial sobre o assunto na sociedade); revogação da legislação autoritária (como a Lei de Segurança Nacional etc.); e eleição de comissões constitucionais nos municípios, para recolher contribuições da população.

Vale registrar que, além de participar destes comitês nos estados onde eles se formaram, bem como de sua Comissão Nacional, o PT, por intermédio do Deputado Djalma Bom, apresentou um projeto de convocação da Constituinte, que inclui a maioria das reivindicações das entidades que lutam por uma constituinte democráti-

ca. A prioridade da votação é, no entanto, do projeto do governo — e dos substitutivos que a ele forem apresentados.

A campanha

A luta por uma constituinte efetivamente democrática se intensificou a partir de agosto, quando, em caravana à Brasília, os Comitês Pró-Participação Popular na Constituinte entregaram uma carta ao presidente da República e ao Congresso Nacional, rechaçando a proposta oficial. No mesmo período, os Comitês também encaminharam ao Congresso e à sua Comissão Mista encarregada de discutir o projeto do governo, um abaixo-assinado, contendo mais de seis mil assinaturas, manifestando a sua posição.

Em São Paulo onde a Plenária Pró-Participação Popular na Constituinte agrupa cerca de 200 entidades, entre elas a OAB, a CUT, a Comissão de Justiça e Paz e diversos juristas democra-

tas de renome, uma outra atividade importante foi a realização de um debate com os candidatos à prefeitura, no início de outubro. Com a ausência de Jânio Quadros e de Fernando Henrique Cardoso — que sequer justificou a sua ausência

—, o debate foi realizado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, com a participação de cinco dos 13 candidatos. O candidato do PT, Eduardo Suplicy, foi o mais aplaudido, entre os que compareceram, pois, além de se posicionar

claramente a favor de uma constituinte democrática com participação popular, colocou à disposição da Plenária tempo de sua propaganda eleitoral gratuita de TV. Nesta sua atitude, só foi acompanhado por Rogê Ferreira, do PSB.

Frateschi está voltando

O deputado estadual Paulo Frateschi fará a sua refiliação ao PT no próximo dia 13, durante a Festa-Comício em favor da candidatura Suplicy-Erundina, na Assembléia Legislativa. Frateschi, cuja principal

base de apoio está entre os professores da rede oficial do estado, havia deixado o PT no início da campanha eleitoral em São Paulo, para filiar-se ao Partido Socialista Brasileiro — PSB. Outra boa nova é a

filiação ao PT do ex-presidente da Câmara de Vereadores de São José dos Campos, Bérnago Pedrosa, proveniente do PMDB. Bérnago foi o vereador mais votado de São José dos Campos nas eleições de 1982.

PT vai processar Bornhausen

Em carta dirigida ao Supremo Tribunal Federal, o presidente nacional do PT, Luís Ignácio Lula da Silva, está solicitando que seja providenciada uma notificação ao senador-banqueiro Jorge Bornhausen, do PFL,

para que ele confirme as acusações de que o PT estaria recebendo ajuda financeira do governo da Alemanha Ocidental. Este é o primeiro passo para que o partido possa processar o senador. Outra iniciativa contra as

calúnias de Bornhausen é uma solicitação de Lula ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil para que ele investigue, junto ao governo da Alemanha Ocidental, a origem das calúnias contra o partido.

Campanha esquentada no Interior

Nas eleições municipais do Interior de São Paulo, os dois braços da Aliança Democrática que sustentam a Nova República, — PMDB e PFL — enfrentam-se furiosamente nas campanhas eleitorais. O PMDB, que pretende ser o lado progressista dessa grande aliança de elites, prega abertamente o voto útil, tentando responsabilizar o Partido dos Trabalhadores pela possibilidade de o PFL, seu aliado a nível federal ganhar algumas prefeituras.

Para enfrentar as plataformas de governos municipais do PT, apresentado como a única alternativa válida ao processo de consolidação do projeto político da Aliança Democrática, o PMDB joga todo o seu poder econômico e ideológico. Além de uma propaganda milionária, o PMDB não recusa, também, as formas de violência física e o populismo. Em Cubatão, por exemplo, militantes do PMDB arrancaram faixas do candidato petista Dojival Vieira dos Santos até de residências particulares. No último dia 28 de setembro, em São Sebastião, o PMDB colocou ônibus de graça à disposição da população, a fim de tentar esvaziar um comício do PT realizado num dos bairros da cidade.

Por sua vez, o PFL, sozinho ou aliado com o PTB, com o apoio declarado do malufismo e de figuras de proa do antigo regime militar, tenta sensibilizar o eleitorado apresentando soluções para problemas como, por exemplo, o da segurança da população, e repetem a surrada fórmula de que os conflitos sociais são questões de polícia. Procura, assim, aproveitar o legítimo descontentamento popular com os governos do PMDB.

Como vão as campanhas

Não é demais insistir que as eleições de Cubatão, depois da Capital, são as mais importantes que se realizarão no Estado de São Paulo, em 15 de novembro. A importância do parque industrial instalado nesse município para a economia do País é indiscutível. A concentração de trabalhadores nessa área não pode ser subestimada. A posição dos candidatos petistas Dojival e Duberney continua boa e pode melhorar ainda mais.

A presença de Lula, no último dia 20 de setembro em Cubatão, quando, durante todo o dia, acompanhado pelos candidatos a prefeito e vice e pelo deputado Expedito Soares, conversou com a população — foi um passo importante para o avanço da campanha do PT. As últimas pesquisas, embora não muito confiáveis, indicam existir um grande número de indecisos. Praticamente a metade do eleitorado. Este dado indicativo vai exigir um grande esforço do PT no último mês antes das eleições.

Em Paulínia, os candidatos petistas Adalberto Leal e Amilton Mendes continuam correndo as portas de fábricas e realizando mutirões para conversar com os trabalhadores. Mais da metade das indústrias instaladas no município já foram visitadas e as restantes receberão até o final da campanha a visita dos candidatos do PT. Os parlamentares Expedito Soares e Eduardo Jorge estiveram na cidade participando da campanha.

Em São Sebastião, Elizabeth dos Santos Chagas e Andelmo Zarzur, candidatos a prefeito e a vice, também realizam uma campanha de porta em porta. Houve um debate entre os quatro candidatos a prefeito, durante o qual ficou claro que o PT tem a plataforma de governo mais dirigida para uma efetiva participação popular na administração municipal. No dia 28 de setembro realizou-se um comício com a presença do deputado federal José Genoino e da vereadora de Santos, Telma de Souza; e dia 11 de outubro ocorreu um debate sobre o momento político atual, com José Álvaro Moisés. No próximo dia 30, o prof. Paulo Freire falará sobre Educação.

Em Castilho, onde a campanha vinha tendo um bom desempenho, o candidato petista Valdenir Cavichioni anunciou de forma surpreendente a retirada de sua candidatura em favor do PMDB local. A Executiva estadual está procurando demovê-lo da posição irrefletida por ele assumida.

Mas, se não obtiver sucesso, encaminhará o processo para o lançamento de um outro candidato petista em Castilho.

Esforço final

Um elevado número de indecisos,



APARECEU UMA

NO CÉU DE CUBATÃO



DOJIVAL

PREFEITO

DUBERNEY

VICE

tanto em Cubatão, como em Paulínia, São Sebastião e Castilho, vai exigir um grande esforço de todo o Partido no último mês da campanha eleitoral. É o momento decisivo, e o PT tem de vencer todas as dificuldades para fazer chegar à população a mensagem do Partido.

As Sub-Regiões da Baixada Santista, de Campinas, do Vale do Paraíba e Alta Noroeste têm um papel importantíssimo a desempenhar neste esforço final. Campanhas para arrecadar fundos e presença de militantes são as formas de ajuda mais necessárias. O trabalho

de boca de urna para o dia das eleições deve ser preparado imediatamente.

Os militantes e simpatizantes do PT sabem que as eleições municipais, na atual conjuntura, ainda que tragam a vitória dos candidatos petistas, não significariam a solução de todos os problemas da maioria da população. Todavia, pode-se afirmar que um bom desempenho do partido nestas eleições municipais significa ampliar as possibilidades de participação e organização dos trabalhadores em busca de uma sociedade livre da exploração e da opressão.

Dinheiro para a campanha eleitoral

Dois bailes já estão programados para o mês de outubro: dia 17, às 23h, no Som de Cristal, e dia 19, no mesmo horário, no Clube das Bandeiras. Informações pelo fone: 37-7521. São Paulo

Engaje-se na boca de urna com Suplicy-Erundina

Neste momento da Campanha, o Comitê Eleitoral já está organizando o esquema de Boca de Urna para o dia 15 de Novembro, em apoio à candidatura Suplicy-Erundina. Preencha esse cupom e envie ao Comitê Eleitoral, na rua Santo Amaro 582, Bela Vista, São Paulo, SP.

Ficha de Controle

Diretório Distrital: _____

Nome: _____

Endereço: _____ Tel.: _____

Local de votação: _____

Prefere fazer: boca de urna () ou fiscal de urna ()

Local: _____

Período disponível:

Das 06:00 às 12:00 () 12:00 às 17:00 () Dia inteiro ()

Tem possibilidade de usar veículo próprio? Sim () Não ()

MULTIPLIQUE SEU VOTO! FAÇA BOCA DE URNA PARA O PT.

Festa-Comício na arrancada final de Suplicy

No dia 13 de Outubro, na Assembleia Legislativa, o Partido dos Trabalhadores realizará a sua Convenção Oficial. Na ocasião, das 9 às 17h, os delegados oficiais ratificarão o Novo Diretório Regional eleito no Encontro de Agosto. A Comissão de Mobilização da Campanha Eleitoral Suplicy/Erundina convida todos os militantes e simpatizantes do PT a participarem, no mesmo dia e local, da Festa Comício que se realizará das 14 às 18h.

Esta Festa deve reunir o maior número possível de pessoas que lutam e acreditam na proposta do PT e na candidatura Suplicy/Erundina. A Comissão organizou várias propostas de atividades. Os diretórios da capital e do interior deverão dar todo apoio no sentido de trazer no mínimo 2000 filiados e simpatizantes além de cuidar das panfletagens e das colagens. A meta é colocar 5.000 pessoas para, juntos, participarmos do momento final da campanha, de uma forma alegre e criativa. Os organizadores de Festa lembram que: é importante comparecer com camisetas do PT e preferencialmente do Suplicy. Todos devem fazer o possível para chegar em caravana pois o Comitê poderá arcar com parte das despesas do ônibus. (A Comissão de Mobilização já mandou uma circular para os diretórios definindo o ponto de encontro, para que todos avancem juntos para o Ibirapuera). Os carros e ônibus devem estar enfeitados com faixas, cartazes, etc.

Os diretórios terão um lugar marcado para organizar sua barraca com enfeites de estrelas, borboletas ou flores com as cores principais do partido, além dos "comes e bebes" e venda do material. Poderão participar do concurso de criatividade às 15h e trazer conjuntos sertanejos, grupos de bairros, capoeiras etc. As inscrições para estas atividades poderão ser feitas com Dilma, Jane ou Nancy pelo telefone: 37-3864, no Diretório Regional. Ao chegar no local da Festa todos os diretórios devem procurar a Barraca de Mobilização que terá pessoas para orientar as atividades do dia e anotar o número de presentes por diretório. O diretório que trouxer mais companheiros será o primeiro a ter no fim de semana, ou durante a semana, a barraca com vídeo cassete e a presença do boneco Zé do Muro.

A Festa contará com atividades para crianças e toda a família (show de música, palhaços, marionetes, mágicos e bingó). Deverá ter bonecos e enfeites que tragam a marca do partido e da campanha. Junto com Lula, Suplicy, Erundina e parlamentares do PT, no dia 13 devemos viver um momento de trabalho e alegria. A Comissão da Mobilização da Campanha define a Festa Comício do PT como a primeira grande atividade do partido como um todo. É um momento de pique da campanha que dará o eixo e o estímulo militante para a reta dos 34 dias finais, e que poderá quebrar a polarização entre os candidatos oficiais da Aliança Democrática do PMDB e do PTB-PFL. No entender da Comissão o empenho de todos os companheiros é fundamental. A nossa maior força é o recurso humano.

José Dirceu, Secretário Geral do Diretório Regional, define este evento como um momento de festa e luta para o Partido dos Trabalhadores, a arrancada final para a campanha eleitoral e

para a boca de urna no dia 15. Segundo o Secretário, a Festa deve simbolizar a força da campanha Suplicy/Erundina pela mobilização de milhares de pessoas e deve envolver a população da cidade com o espírito petista que ele defi-

ne como "alegre e festivo". "Esta festa acontece num momento em que a nossa candidatura cresce e que podemos nos transformar na opção para o eleitorado indeciso", confirma José Dirceu.



Um novo fator da campanha de Suplicy: o entusiasmo

PT cresce nas pesquisas eleitorais

A pesquisa eleitoral feita pela LPM & Burke no final de setembro nos mostrou claramente que, mesmo sem ter por trás a máquina administrativa do Estado e o custeio de grandes empresários e banqueiros, o PT, por ter exclusivamente uma plataforma de governo coerente com a luta dos trabalhadores, apresenta-se como o único partido capaz de ser uma alternativa política para o governo da capital.

Essa pesquisa aponta um acentuado avanço na campanha de Eduardo Suplicy à prefeitura de São Paulo, em decorrência da propaganda eleitoral gratuita. Em agosto, a mesma pesquisa atribuiu a Suplicy 10% das intenções de voto, agora a LPM & Burke lhe dá

14%. (Na última pesquisa divulgada pela Folha de São Paulo, dia 6/10, o PT também cresceu de 9,7% para 11,3%).

Mesmo lutando contra o poder econômico (bastou um sutil "assinar de cheques" para o candidato pefelo-petebista, Jânio Quadros, ganhar de Miguel Colassuono nada mais nada menos que 100 milhões de cruzeiros), contra a máquina administrativa que apóia o candidato "chapa branca" — Fernando Henrique — (isto sem contar com o apoio "fantasmagórico" de Tancredo Neves, insistentemente vocado na campanha do PMDB) o PT teve um arranque de 4% num espaço curto de tempo. Com isso, podemos dizer que, enquanto

os "poderosos" trocam farpas e inundam a cidade com cartazes, outdoors e etc, o PT, com um programa eleitoral de conteúdo e realmente agradável, vem demonstrar que é mesmo "diferente de tudo que está aí". "O PT investiu 250 milhões no programa de TV por não ter condições de concorrer com o volume de cartazes de rua dos adversários", diz Francisco Malfitani, assessor de comunicação da campanha. A criatividade e o efeito politizante do programa vem sendo elogiado por vários setores da sociedade (políticos, publicitários, jornalistas) inclusive, pela principal revista de propaganda dos Estados Unidos, "Advertising Age" e o "Washington Post".

Agenda

Neste último mês de campanha eleitoral, a agenda dos candidatos do PT Suplicy-Erundina incluem debates com outros candidatos e com movimentos sociais, entrevistas à imprensa, visitas a portas de fábrica e corredores industriais, além de seis comícios regionais e um de encerra-

mento, no dia 10. São eles:

- dia 19, 18 h, Praça Santa Ângela, na Saúde.
- 20, 16 h Vila Alpina (V. Prudente)
- 26, 15h30, Pirituba 19h30, Praça Padre Aleixo Monteiro (S. Miguel).
- 1/11, 20h00, Praça

- Santo Eduardo (V. Maria)
- 3/11, 16h00, Praça Santa Adélia (Itaqueira)
- 9/11, 19h00, Jabaquara.
- 10/11, 16h00, Praça da Sé (Comício final).

(Informações — fones: 35-6278 ou 37-3864)

Candidatos discutem participação da mulher

A participação feminina é crescente na luta política e o PT enquanto único partido que possui uma mulher candidata à vice-prefeitura, não poderia deixar de discutir essa questão específica. Neste sentido, a Comissão de Mulheres promoveu, dia 30 de setembro, um debate na sede do Comitê de Apoio dos Trabalhadores em Saúde, com várias entidades representativas dos movimentos sociais. A Casa da Mulher do Grajaú trouxe como subsídio um áudio-visual documentando seu trabalho.

Sensível à causa feminina, Suplicy declarou que a luta pela igualdade de direitos dentro da Prefeitura será construída no dia-a-dia como vem ocorrendo na campanha. Ele afirmou: "Eu e a Erundina funcionamos como dois braços de um mesmo corpo". A maioria dos presentes, composta por mulheres (havia só três homens), levantou a necessidade de se ampliar a discussão até nos comícios e comitês eleitorais.

No debate, Suplicy propôs a ampliação de cursos supletivos de 1º e 2º graus e profissionalizantes, com horários que se adequem à realidade da mulher. Na área da Saúde, assistência integral à mulher com maior número de postos de saúde e melhoria de sua infraestrutura. Neste sentido, a criação de um Conselho da Condição da Mulher, de caráter fiscalizador, possibilitaria a intervenção direta nas decisões relativas à saúde da mulher de modo mais abrangente. O Conselho elegeria representantes escolhidos pela própria população de cada região. E para a mulher vítima de violência o socorro poderia ser feito através de um setor especializado criado em todas as delegacias distritais da Capital.

Já a candidata Luíza Erundina, que já militou no Movimento por Creches, denunciou que as creches atualmente estão com sua capacidade ociosa e sem pessoal. "Portanto, deveria ser feita não só a ampliação do número de creches, mas também o aproveitamento total das mesmas, com treinamento de funcionários tendo em vista uma melhoria qualitativa".

O convênio com as Emeis - Escolas Municipais de Educação Infantil - possibilitaria a absorção de todas as crianças vindas das creches, não permitindo interrupção na educação.

Essas e outras propostas devem ser discutidas nos comitês eleitorais. Pois, assim, inicia-se o debate entre homens e mulheres com uma questão que, a princípio é específica, mas diz respeito a todos.

Campanha financeira para sustentar PT

● Teve início no mês de setembro a 2ª Campanha Financeira do Interior, que tem por objetivo possibilitar a implementação da política da direção estadual para as regiões interioranas. Coordenada pela Secretaria do Interior, a campanha tem as mesmas características da que foi realizada no ano passado. Espera-se que o seu resultado seja tão satisfatório quanto o do primeiro evento.

● O engajamento dos diretórios e dos militantes assegurará o sucesso de nossa campanha financeira. Toda força nela!

● A cidade de Teodoro Sampaio, na região de Presidente Prudente, sediará o IV Encontro de Política Agrária do PT. A Secretaria do Interior, o Grupo de Política Agrária e a Coordenação Sub-regional de Presidente Prudente já começaram a preparar o encontro, que deverá ocorrer em breve.

● Espera-se que mais um encontro desse tipo se realize ainda neste ano. Dois diretórios já o reivindicam: São Carlos e Bebedouro.

● A partir de um acúmulo de discussão, o que é possível através da realização de encontros regionais, pretende-se realizar um encontro estadual para definir a política agrária do partido para o Estado de São Paulo.

● Os diretórios do interior continuam trabalhando no levantamento sindical que criará condições para que a direção estadual, através da sua Secretaria Sindical, atue de forma mais eficiente no interior. Até o momento o

resultado é pequeno, isto porque há dificuldades para se obter os dados necessários ao preenchimento dos formulários enviados a todos os diretórios.

● Todos os militantes petistas sabem da importância da atuação do PT no movimento sindical. Essa consciência, aliada à garra dos companheiros, garantirá que o levantamento sindical seja feito a contento.

● Com o objetivo de traçar uma política para construção do PT nas pequenas cidades, a direção estadual fará realizar, possivelmente até o final do ano, o Seminário do PT nos Pequenos Municípios, no qual se tentará levantar informações e idéias que possibilitem maior entendimento da realidade destes locais.

● Desde já os diretórios do PT nas pequenas cidades devem preparar-se para participar do evento, discutindo e levantando idéias em suas reuniões.

● A Secretaria do Interior está engajada na tarefa de implantar sucursais da Fundação Wilson Pinheiro — entidade de estudos sócio-econômicos e políticos ligada ao PT — nas grandes cidades do interior.

● Tal medida justifica-se não só pela necessidade de fazer frente à Fundação Pedroso Horta, do PMDB, que começa a instalar-se no interior, mas também pelo fato de que a Fundação Wilson Pinheiro poderá absorver militantes cuja contribuição ao Partido tem sido sub-aproveitada devido à falta de



Questão agrária: tema de encontro do PT em Teodoro Sampaio.

um canal para o qual seu potencial seja canalizado.

● O último Encontro Estadual aprovou a criação da Sub-secretaria sindical rural do Diretório Regional. Tal órgão é de fundamental importância para potencializar a atuação do Partido no interior, onde a maioria dos sindicatos é de trabalhadores rurais.

● Também o Grupo de Política Agrária do DR, que antes se definia como uma instância de assessoria à direção e aos parlamentares, está se propondo a ser a instância partidária que encaminhará as questões agrárias no Partido.

● A Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores de Mogi Mirim divulgou nota, em setembro, exigindo das autoridades de segurança pública municipal esclarecimentos sobre a preparação e critérios utilizados para a

formação da Guarda Municipal. Tal medida foi ocasionada pela morte de um trabalhador, em 11 de agosto, envolvendo membros da Guarda Municipal, cuja versão oficial é ainda considerada nebulosa.

● O PT de Mogi Mirim afirmou também defender o direito dos guardas municipais trabalharem e receberem salários, ressaltando “esperar que os mesmos, no cumprimento do dever sejam realmente protetores de seus companheiros trabalhadores”. A nota termina com a declaração de que “pouco resolverá o fato da viúva (do trabalhador morto) ter um emprego na Prefeitura e sim garantir uma forma dela e de seus filhos receberem uma indenização pela morte “acidental” de seu esposo e pai”. “Tais providências não trarão de volta a vida do trabalhador, mas ajudará a coibir abusos futuros”, conclui.

Perseguição contra petista em Santos

● O presidente do Diretório Municipal do PT de Santos, jornalista Altino Dantas, foi exonerado do cargo de assessor da bancada do Partido na Câmara Municipal. O ato arbitrário foi de iniciativa do presidente da Câmara de Santos, vereador Roberto Bonavides (PMDB), com a participação de mais dois membros da Mesa da Câmara, um vereador do PMDB e outro do PTB.

● Na verdade, esse ato de violência contra a autonomia partidária foi uma represália a um artigo de autoria de Altino, publicado no jornal *Cidade de Santos*, no qual ele criticava a posição assumida por dez vereadores de Santos, que votaram contra um projeto de lei proibindo a instalação nos ônibus de qualquer barreira física limitando os movimentos dos passageiros até que estes atingissem a catraca.

● Tal tipo de barreira, apelidado pela população como *Chiqueirinho*, devido a situação humilhante a que obriga os passageiros, já tinha ocasionado inúmeros acidentes e até a morte de um usuário.

● Instalado à entrada, provoca demora no embarque dos passageiros e leva os motoristas a movimentarem os veículos antes da acomodação das pessoas. Nestas circunstâncias, um usuário acabou caindo quando se preparava para embarcar

no ônibus, vindo a falecer em seguida.

● Após intensa mobilização da população, particularmente da Associação dos Usuários de Transporte Coletivo de Santos, foi votado na Câmara Municipal um projeto de lei que proibia o chamado *chiqueirinho*. A iniciativa contou com o apoio da bancada do PT. Todavia, defendendo os interesses da concessionária do transporte coletivo em Santos, Viação Santos-São Vicente, dez vereadores votaram contra o projeto que acabou por ser derrotado por dez votos contra nove, cabendo o voto de desempate ao presidente da Câmara.

● Acusando o Partido dos Trabalhadores de mobilizar a população para defender os seus interesses, o presidente da Câmara aproveitou o artigo de Altino para descarregar sua ira sobre o presidente do PT de Santos, exonerando-o de um cargo de confiança do Partido. Contra esta arbitrariedade, praticada em uma Casa Legislativa onde os representantes da Nova República são majoritários, já está sendo impetrado um mandado de segurança.

● Projeto de lei no mesmo sentido do que foi rejeitado em Santos, está sendo apresentado na Assembléia Legislativa de São Paulo pelo deputado do PT José Cicote.

Reforma Agrária: Sarney prefere ouvir militares

● O processo de recuo do governo da Aliança Democrática ante a resistência dos latifundiários a qualquer mudança na estrutura fundiária parece estar terminando. Depois de adiar por várias vezes a publicação do Plano Nacional de Reforma Agrária definitivo; depois de abandonar a idéia de desapropriação dos latifundiários por dimensão e exploração; depois de negar o desejo de distribuir as terras desapropriadas e aceitar a imposição de vendê-las; depois de não ter tomado nenhuma medida mais séria contra o armamento aberto dos latifundiários e seus exércitos particulares; depois de permitir o aumento da violência e dos assassinatos contra os trabalhadores rurais; depois de tudo isso, a imprensa noticia a existência de um plano alternativo ao Plano Nacional de Reforma Agrária, chamado Política Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado (PONDERI).

● Elaborado pelos mili-

tares do Conselho de Segurança Nacional, segundo as informações, esse PONDERI descaracteriza completamente o tímido e insuficiente plano elaborado pelo MIRAD/INCRA, incorporando exclusivamente as sugestões dos latifundiários e empresários rurais. A se confirmar essa tendência governamental, a política agrária da Aliança Democrática não se diferenciará em nada da política levada a cabo pelo regime militar.

● Nessas condições, estarão frustradas as expectativas dos trabalhadores rurais, em especial dos trabalhadores sem-terra, que depositaram esperanças no plano do governo. Em seu desespero, voltarão a apelar para as ocupações, acampamentos, defesa das posses e outras formas legítimas de luta, forçados pela intrasigência dos latifundiários e do próprio governo.

● Com a tentativa de engavetamento da Reforma Agrária não é só a mudança da estrutura agrária que está em cau-

sa. Com ela estão em causa todas as mudanças reivindicadas pelos trabalhadores e demais camadas populares da sociedade brasileira, indesejáveis para os setores conservadores e reacionários, inclusive os que tem o domínio na Aliança Democrática. Por isso mesmo, os camponeses não podem ficar sozinhos em sua luta. Torna-se necessário que os trabalhadores urbanos, as camadas médias, os intelectuais e todos aqueles que desejam mudanças reais no país se mobilizem e apoiem a luta dos trabalhadores rurais pela desapropriação dos latifúndios e a distribuição da terra entre os que nela trabalham.

● Mais uma vez a vida demonstra que as conquistas dos trabalhadores só dependem deles próprios. É hora de mostrar sua determinação de obter um direito que há muito lhes é negado: o direito à terra, através da reforma agrária. Que ela seja desencadeada imediatamente.

● Wladimir Pomar

Selvageria do governo sul-africano não pára

Continuam as lutas raciais na África do Sul, e com a decretação do estado de emergência, em julho deste ano, em 36 dos 250 distritos negros do país, o quadro tornou-se mais violento. A população negra, cerca de 23 milhões, encontra-se vulnerável às investidas genocidas que o governo da minoria branca, — cerca de 4,5 milhões — impõe sem qualquer base legal. A polícia passou a ter poderes ilimitados para conter os distúrbios, e desde fevereiro de 84, pelo menos 680 negros e mestiços foram mortos (assassinados) pelas tropas do governo. Brancos, até o momento, morreram 6 pessoas.

A violência que se restringia às grandes cidades brancas, nos guetos negros, passou a manifestar-se, também, em locais onde a minoria branca era intangível. A população negra fora designada a viver nos territórios chamados bantustões, localidades distantes das grandes cidades brancas, que ocupam cerca de 13% da área total do país; as condições básicas de sobrevivência nestes territórios praticamente inexistem: saúde, educação, moradia, alimentação, empregos, salários, são vistos pelo governo de Pretória com clara indiferença, inclusive é de interesse do governo enviar todos os jovens negros para os bantustões, pois estes jamais conseguirão capacitação técnica.

Contra tudo isso e muito mais, ativas negros estão em constante mobilização para o desmantelamento das



Pieter Botha, o odiado primeiro-ministro sul-africano.

instituições do Apartheid. O bispo anglicano, Desmond Tutu, membro da Frente Democrática Unida (FDU), organização que reúne negros, brancos e mestiços, afirma que não há mais saída pacífica para o conflito racial, apesar das várias tentativas de diálogo com as autoridades. O governo do presidente Pieter Botha não apresenta disposição para negociar ou dialogar, apenas demonstra que jamais abdicará da "supremacia branca". Mesmo com a implantação, em 3 de setembro de 84, do novo parlamento tricameral, — sistema que permite aos 2,8 milhões de mestiços e 850 mil indianos o direito a representação parlamentar através de

duas Câmaras Legislativas — as deliberações de ambas as Câmaras podem ser vetadas pela Câmara branca.

A África e o mundo

As sanções econômicas lançadas até agora, pelos países da Europa Ocidental e os Estados Unidos, têm se demonstrado de forma branda. Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental, são os maiores parceiros comerciais da África do Sul. Quanto à questão estratégica, é mais complexa. A África do Sul controla a rota entre o Índico e o Atlântico Sul, onde passa o petróleo do Golfo Pérsico. Os Estados

Unidos apresentam forte dependência dos metais estratégicos sul-africanos e cerca de 55% das necessidades minerais da Europa Ocidental, provêm da África do Sul.

Diante destes fatos e muitos outros, fica difícil uma postura mais séria dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental frente à África do Sul.

É o único país africano industrializado, possui o exército mais bem equipado e eficiente, sendo o único país do continente a possuir sua bomba atômica. Estão, portanto, claras as dificuldades de introduzir reformas radicais no regime Sul-africano. São praticamente nulas as possibilidades de uma solução pacífica.

A Comissão de negros do PT, e diversas entidades sindicais, estudantis e a CUT, realizaram dia 11 de outubro "O DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE AOS PRESOS POLÍTICOS DA ÁFRICA DO SUL", em frente ao consulado, em São Paulo, ato de repúdio ao Apartheid, contra o estado de emergência decretado no país e pela libertação de todos os seus presos políticos, bem como, exigiu do governo brasileiro o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com aquele país. E dia 18 de outubro na sede do sindicato dos jornalistas, haverá uma reunião para a formação de um comitê Anti-Apartheid em São Paulo, para trabalhar de forma mais dinâmica diante da questão racial daquele país.

Irene Ambrósio

Pedida prisão perpétua para chefes militares

Após 32 horas de denúncias, transcorridas ao longo de seis dias, o promotor Júlio Strassera concluiu suas acusações contra as três juntas militares que governaram a Argentina entre 1976 e 1982, (num total de nove militares) pedindo pena de prisão perpétua à 1ª Junta Militar, encabeçada pelo general Jorge Videla, o almirante Emilio Massera e brigadeiro Orlando Agosti e para o general Roberto Viola e seu almirante Armando Lambrushini, membros da 2ª junta. Aos outros comandantes, Strassera pediu penas que variam de

10 a 15 anos de prisão. São eles: Brigadeiro Omar Graffigna (2ª junta), o ex-presidente general Leopoldo Galtierre, o almirante Jorge Anaya e o brigadeiro Basílio Lami Dozo, todos da 3ª junta. Strassera, paralelamente, pediu ao Tribunal que investigasse também "possíveis delitos" da derradeira junta militar (que governou até 83) presidida pelo general Reynaldo Bignone, o general Cristiano Nicolai-des, o almirante Rubem Frano e o brigadeiro Augusto Huges.

Desde 22 de abril vem se mantendo o julgamen-

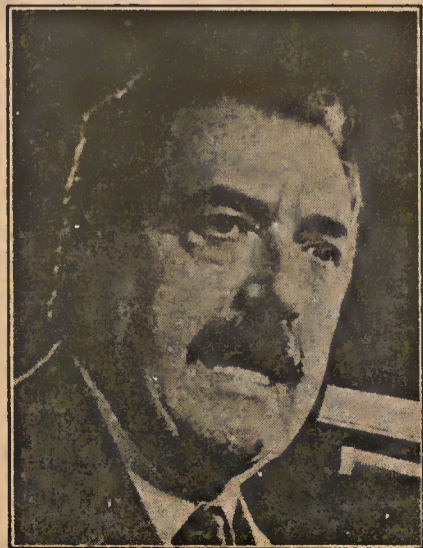
to desses governantes no Tribunal de Apelações de Buenos Aires, acusados de serem responsáveis pelo desaparecimento de aproximadamente 9 mil pessoas, totalizando 709 casos de extermínios, assassinatos, torturas, sequestros, estupro, roubos, falsificação de documentos e falsos testemunhos. Casos que foram comprovados pela promotoria, quando foram entregues ao Tribunal provas de que todos esses comandantes tinham conhecimento do que estava acontecendo (as juntas militares montaram um escritório no ministério do Interior para receber "pedidos de paradeiro", sem resolver nenhum dos 6.500 pedidos) e que tinham total responsabilidade pelos fatos, como prevê o próprio regulamento do Exército de número 2.002, onde determina que o "comandante é o único responsável pelos atos da tropa e que, assim, o amor à responsabilidade deve ser uma qualidade do comandante".

"Este processo não se faz contra as Forças Armadas, mas contra os que as conduziram. Não são as Forças Armadas

que estão no banco dos réus, mas pessoas concretas e determinadas que cometeram crimes concretos e determinados...", disse o promotor Julio Strassera ao encerrar suas acusações. Vale recordar de que há

por aqui, em terras brasileiras, os nossos "Videlas", "Masseras" e "Agostis", (nem sempre gerais), mas que por um fantasma chamado "revanchismo", os nossos "Videlas...", que emporcalharam a nação

e as Forças Armadas ainda estão soltos e gozando de todos os recursos que se beneficiaram desde 1964. Na Argentina, a defesa dos réus já começou a se pronunciar, desde o dia 27 último.



Raul Alfonsín, presidente da Argentina.

BOLÍVIA

Estenssoro responde com repressão

Mais uma vez em sua história, a Bolívia se vê envolvida pelo clima de um golpe militar, refletida na decretação, no último dia 19 de setembro passado, do Estado de Sítio. Foi a forma encontrada pelo governo de Victor Paz Estenssoro para conter a onda de greves e protestos pelas novas medidas econômicas anunciadas.

A COB-Central Operária Boliviana — reagiu ao novo modelo e iniciou a articulação de uma forte greve geral e manifestações de protesto. Pressionado pelos trabalhadores e não disposto a incluir em seu projeto de governo medidas que favorecessem as camadas mais carentes, em detrimento dos privilégios de oligarquias empresariais, Paz Estenssoro não hesitou em utilizar-se dos mesmos recursos de seus antecessores militares, autorizando a saída às ruas de tropas para dissolverem as manifestações. Em poucas horas, os organismos de repressão confinaram 143 líderes sindicais, entre eles, Juan Lechin Oquendo, um dos mais importantes opositores do regime.

O sindicalismo na história da Bolívia sempre demonstrou ser um dos mais duros obstáculos para os governos autoritários anteriores. Durante as seguidas ditaduras militares, a COB foi símbolo da resistência democrática e quando Hernán Siles Zuazo assumiu a presidência, viu-se perdido pela radicalização dos trabalhadores, que cobravam cada vírgula de seu discurso liberal. A tradição continuou com Victor Paz Estenssoro, que preferiu desmascarar-se diante dos operários e aplicar a repressão física. Uma convocação do Congresso, logo após a decretação do Estado de Sítio, foi considerada por analistas internacionais como uma tentativa do presidente Paz Estenssoro de atenuar as pressões da esquerda parlamentar, contrária por princípios ao ato arbitrário implantado. O Congresso reuniu-se e Estenssoro, graças ao apoio dado pela Aliança Democrática Nacional (do ex-presidente Hugo Banzer) conseguiu a maioria que necessitava para prolongar o Estado de Sítio.

O que houve 'por trás' da greve dos bancários

“ O PT agiu corretamente. Como partido das classes trabalhadoras, ele assumiu uma postura clara de apoio total à nossa greve. E não poderia ser outra a sua posição. Em nenhum momento, é bom que se diga, o PT tentou impor direção à greve. O PT soube respeitar a autonomia do movimento. E eu considero o papel cumprido pelo PT como necessário e muito animador”.

Esta a avaliação do companheiro Luiz Gushiken, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, sobre a atuação do Partido dos Trabalhadores durante a greve que mobilizou 700 mil bancários, dias 11 e 12 de setembro último, em todo o Brasil. Gushiken identifica a “unidade na luta” como um dos fatores de sucesso do movimento, mas observa que “isto não implicou a perda da identidade das correntes sindicais”. O Departamento Nacional da CUT, por exemplo, “jogou um papel fundamental na articulação dos seus militantes e dirigentes” - diz o líder dos bancários paulistas.

Não por acaso; não de repente

A recente greve dos bancários, não surgiu por acaso, nem de repente. A desastrosa situação econômica da categoria (a maioria condenada, até setembro, a um piso salarial de pouco mais de 500 mil cruzeiros) gerava indignação e revolta. Ainda mais quando os banqueiros exibiam a multiplicação de seus volumosos lucros (5.585% entre 1981 e 84). A data base unificada, em todo o País, funcionaria, evidentemente, como um fator positivo para a luta conjunta de todos os sindicatos e oposições sindicais. Isto demonstra, aliás, o quanto é importante a unificação da data base de reajustes salariais para as

diferentes categorias de trabalhadores.

Estes fatores, contudo, já existiam há anos — e os bancários, só agora, conseguiram detonar uma campanha de fato nacional e de massas, arrancando significativas vitórias. Ocorre que os bancários acumularam experiências nos últimos anos e, forjando um movimento combativo e de base, conquistaram as direções de importantes sindicatos, como as de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Os bancários paulistas, além disso, vinham de uma experiência de tentativa de greve em 1979, que revelou a combatividade de muitos companheiros, mas que não conseguiu transformar-se em luta de massas. “Em 79 cometeu-se um erro grave”, diz Gushiken, “que foi a ausência de unidade dos bancários, a ponto de ocorrerem greves isoladas ora em São Paulo, ora em Belo Horizonte”.

Uma greve ensina outra greve

Outra referência dos bancários, já no contexto da chamada “Nova República”, foi o conjunto de greves de abril e maio deste ano, quando mais de 100 categorias levantaram a cabeça, testando - na prática - o governo de José Sarney. Ficou claro, mais uma vez, que a postura de “conciliação” desse governo favorece, no final das contas, às classes patronais.

A greve dos metalúrgicos do ABC, que se prolongou por 53 dias em algumas grandes empresas, deixou importantes lições, pois - na ocasião - ficou clara a “linha dura” dos patrões e, ao mesmo tempo, a convivência do governo com a manutenção do arrocho salarial (conforme o estilo imposto pelo FMI).

A greve dos bancários, portanto, foi



Praça da Sé

preparada para enfrentar todos estes obstáculos. E, especialmente, com a “clara consciência” - explica Gushiken — de que “necessitávamos de um forte apoio e simpatia da população”.

Assim, desde o primeiro momento, os bancários souberam “falar para fora”, procurando expor sua situação, suas reivindicações e suas metas para o conjunto da sociedade, particularmente para os milhões de clientes de ban-

cos. E o resultado, todos viram, foi um fenômeno grevista que extrapolou os limites da rede bancária, atraindo a solidariedade ativa de trabalhadores de diferentes categorias e, também, dos movimentos de bairros. “Nossa luta conseguiu acuar os banqueiros, e colocar o governo na defensiva. Daí abriu-se o caminho para a vitória” - concluiu Gushiken.

Jorge Batista

Demissões e quebra de acordo aumenta a crise nos Correios

Os companheiros da ECT - Empresa dos Correios e Telegráfos - continuam mobilizados. No mês de setembro foram realizados vários atos públicos no sentido de denunciar as arbitrariedades da empresa. A ACETSP - Associação dos Funcionários dos Correios e Telegráfos do Estado de São Paulo - denunciou que nos últimos quatro meses, mais de 1.500 funcionários foram demitidos, além de outros 1.500 demitidos durante a greve de março.

Infelizmente as arbitrariedades da ECT não param aí. Os 30% dos salários conquistados na greve de março foram retirados em setembro, e o coronel da reserva do Exército, Laumar Melo de Vasconcelos, presidente da ECT, desconhece o acordo firmado em março e registrado no Tribunal Regional do Trabalho.

Os funcionários dos Correios ressaltam, en-

tretanto, que de outubro de 1984 a setembro deste ano, as cartas subiram de Cr\$ 120 para Cr\$ 500 o que dá 316.7% de reajuste, enquanto que os salários, nesse mesmo período, foram reajustados de Cr\$369.316 para Cr\$1.279.960, o que dá 205.4%. Visto que empresa estatal não visa lucro, aonde foram parar os 111.3% de diferença?

Além disso, os empregados convivem com o perigo de serem quebrados, a qualquer momento, o monopólio postal, o que acarretará novas demissões em massa. Assim, a população brasileira, futuramente, poderá pagar um preço alto por serviços essenciais, realizados atualmente pelas estatais e que não deveriam visar lucros, que poderão passar para as mãos de multinacionais.

Há várias empresas interessadas na exploração dos serviços postais, entre elas, a DHL e Schoice Currie, ambas norte-a-

mericanas; com a quebra desse monopólio fica aberto o caminho para outras estatais.

Os companheiros dos Correios acreditam que a luta está apenas começando, e para o mês de outubro haverá uma série de encontros e atos públicos: dia 7, assembleia em todos os Estados, com exceção de São Paulo e Rio de Janeiro, já realizadas; dia 10, atos públicos em todo o País, distribuição de Carta Aberta à população denunciando o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães e a Nova República, pela maneira arbitrária como vêm atuando em relação aos funcionários da ECT.

Dias 12 e 13 de outubro haverá Encontro Nacional em São Paulo para avaliação da situação; dia 14, assembleia geral em todo o País, onde provavelmente a categoria deflagrará greve, e nos dias 28 e 29 Encontro Nacional em São Paulo.

CUT e CONCLAT juntas na Campanha Salarial Unificada

Iniciou-se em setembro a articulação da Campanha Salarial Unificada, que pretende reunir em torno de reivindicações comuns aproximadamente 1 milhão e 200 mil trabalhadores, ligados a várias entidades sindicais.

A idéia de unificar várias categorias em torno de palavras de ordens comuns, veio da CUT-Central Única dos Trabalhadores. Dessa maneira, as negociações com a classe patronal, segundo a CUT, aumentaria as possibilidades de pressão.

Logo depois de ter sido desenhada, segmentos ligados à CONCLAT-Coordenação das Classes Trabalhadoras, assumiram também esta luta, agregando assim um número ainda maior de trabalhadores.

Tomando como exemplo a greve dos metalúrgicos do ABC e interior, que durou mais de 50 dias (e resul-

tou na conquista da redução da jornada de trabalho, garantiu o reajuste trimestral, promoveu a criação de aproximadamente 20 mil novos empregos), as categorias que realizam normalmente suas campanhas salariais nos meses de novembro, dezembro e janeiro de 86, uniram-se para aumentar o “poder de fogo”.

As negociações deverão iniciar-se no início de outubro e os operários já começaram a se organizar no aprofundamento das discussões e na divulgação de documentos.

Entre os 19 sindicatos que já se encontram engajados na luta, encontram-se os Sindicatos dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo e ABC, Plásticos de São Paulo, Metalúrgicos de São Paulo, Frios de São Paulo e Santo André, Trabalhadores em Indústrias de Abrasivos, Vidreiros, Metalúrgicos de Guarulhos, de Osasco e Ferroviários de São Paulo.

Assinatura do PT São Paulo

Você receberá o nosso jornal durante um semestre em sua casa, além de contribuir para a sua consolidação como órgão de informação do partido no Estado de São Paulo.

Nome.....

Endereço.....

nº.....

Cidade.....

Estado.....

CEP.....

Profissão.....

Fone.....

Preço: Cr\$ 10.000 (normal) - Cr\$ 20.000 (solidária). Enviar o pagamento através de cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, Rua Santo Amaro, 582 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01315.

Companheiro:

O PT está na rua disputando a Prefeitura de São Paulo. Cinco milhões de eleitores vão as urnas no maior centro econômico, político e cultural do país, para eleger o seu Prefeito.

A luta pela conquista da Prefeitura de São Paulo em torno da candidatura Suplicy/Erundina, é a luta pela afirmação de uma proposta dos trabalhadores, por mudanças profundas na nossa sociedade, com participação popular.

Sabemos também que os resultados eleitorais de 15 de novembro terão reflexo importante na campanha da Constituinte, nas eleições de 86 e em toda a vida política do país.

Entrar nessa briga para valer, significa encarar tanto a candidatura direitista de Jânio Quadros, apoiado por Maluf e Delfim, quanto a candidatura oficial de Fernando Henrique Cardoso, apoiado na máquina do Estado. Significa enfrentar a vassoura corrupta e o cassetete democrático.

Alimentando o atraso, os preconceitos e o imobilismo na população e recebendo o apoio de grandes banqueiros, industriais e comerciantes, estes candidatos fazem uma campanha milionária. Mantém uma máquina eleitoral com milhares de pessoas remuneradas só para trabalhar na campanha e gastam bilhões de cruzeiros para forrar de propaganda a cidade toda.

Contra isso, o PT conta com a força de suas idéias, a justeza de suas propostas, o compromisso transparente com a luta dos trabalhadores e a dedicação de sua militância consciente e voluntária.

Sabemos, por outro lado, que é grande a insatisfação dos trabalhadores com a situação atual e há um desconhecimento geral das propostas existentes. É grande o número de indecisos ou precariamente decididos.

Isso coloca a atividade de boca de urna como decisiva na disputa desses eleitores que não fizeram ainda sua opção.

Companheiro, a força do PT reside na garra e na capacidade de mobilização dos que acreditam na sua proposta. E nós temos que aproveitar ao máximo aquilo que é nossa riqueza: consciência política, disposição e compromisso com a luta. Isso nos permite opor' ao cabo eleitoral pago dos outros partidos, a dedicação, a capacidade de convencimento e a representatividade dos que abraçam a nossa luta.

Por isso, apontamos a atividade de boca de urna em 15 de novembro como essencial e decisiva ao bom desempenho do partido nas eleições.

Companheiro, a hora é de combate e de disputa. Engaje-se na boca de urna do PT, entrando em contato com o Diretório Distrital do seu bairro ou com o comando da Boca de Urna: Telefones: 35.6278/ 37.3864 - falar com Dilma.

PT Saudações

FICHA DE CONTROLE

(Destaque e envie ao Comitê)

DIRETÓRIO DISTRITAL DE: _____

NOME: _____

ENDEREÇO: _____ TEL.: _____

LOCAL DE VOTAÇÃO : _____

PREFERE FAZER: BOCA DE URNA () OU FISCAL DE URNA ()

LOCAL: _____

PERÍODO DISPONÍVEL:

Das 06:00 às 12:00 () 12:00 às 17:00 () Dia inteiro ()

TEM POSSIBILIDADE DE USAR VEÍCULO PRÓPRIO? SIM () NÃO ()

MULTIPLIQUE SEU VOTO! FAÇA BOCA DE URNA PARA O PT.